



É tempo de prosa: pensamentos político e ideológico nos suplementos literários da imprensa recifense da primeira metade do século 20¹

Aline Maria Grego Lins²

Tércio de Lima Amaral³

Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE

RESUMO

Os suplementos literários marcaram a história da imprensa recifense, sobretudo, na primeira metade do século 20. Mas, as poesias, crônicas e artigos históricos que eram publicadas nestes cadernos e páginas especiais de literatura também revelaram, de modo especial, as ideologias dos veículos de comunicação e dos seus colaboradores. Neste período, em especial, percebemos a dicotomia da defesa e o ataque ao socialismo, sem esquecer de antigos pensamentos como a defesa da volta da monarquia ao país nestas páginas dedicadas, a priori, às produções literárias. Este artigo tem como objetivo apresentar os meandros ideológicos da imprensa recifense presente em seus suplementos literários nos jornais Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio, Folha do Povo e O Estado.

PALAVRAS-CHAVE: história da imprensa; jornalismo literário; política.

Introdução

A imprensa recifense, ao longo de sua trajetória, teve nos suplementos literários uma escola de formação para o amadurecimento de seu jornalismo cultural. Este artigo nasceu do resultado da pesquisa de dois anos sobre os suplementos que circularam e que foram produzidos pela imprensa recifense por, no mínimo, um ano. No total, selecionamos cerca de 8 publicações que atingiram esta metodologia. Entre eles estão: Diário de Pernambuco, Diário da Manhã, Folha do Povo, Folha da Manhã, O Intransigente, Jornal do Commercio e O Estado.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, da Intercom Júnior – VI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do curso de Jornalismo da Unicap. Coordenadora do Grupo de Pesquisas em Mídia e Cultura Contemporânea da Unicap/CNPq. Email: amgrego@unicap.br

³ Estudante do curso de Jornalismo da Unicap. Email: tercioamaral@bol.com.br



Porém, nem todos estes suplementos estão sendo analisados neste presente trabalho. Até porque nem todos os suplementos literários tinham como tradição ou objetivo opinar a respeito da atual situação política do estado de Pernambuco e do país, de forma mais geral. Acrescenta-se a isto, o fato dos arquivos públicos da imprensa recifense registrarem dificuldades de armazenamento destes periódicos.

Porém, o que nos chamou atenção neste caso foi que, as publicações citadas neste artigo, como o Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio, Folha do Povo e O Estado, tinham nos suplementos uma forte ferramenta para despistar a censura no início do século 20 e períodos subsequentes. Ou seja, por não poderem publicar, na maioria das vezes, matérias factuais, estes jornais ampliavam os debates ideológicos dentro das páginas que, a priori, deveriam ser dedicadas às discussões literárias.

Neste sentido, uma das grandes surpresas para nós foi o jornal O Estado, que circulou em Pernambuco sob os cuidados de Fileno de Miranda, ainda que contasse com o patrocínio e a ajuda da organização católica Tradição, Família e Propriedade Privada (TFP), de Plínio de Oliveira. Este jornal, ainda durante a década de 30, teve edições apreendidas em bancas por defender a volta da monarquia no Brasil. E a publicação era clara, com editoriais assinados afirmando que existiam claras vantagens na restauração do sistema político que funcionou no reinado do imperador d. Pedro II.

O interessante, porém, é que “acostumado” com estas apreensões, O Estado começa a investir no suplemento literário para despistar, talvez, a censura da Era Vargas. Artigos históricos que tinham como foco o resgate histórico nada mais eram que grandes bandeiras em prol da monarquia brasileira.

Já o Diário de Pernambuco, pioneiro em Pernambuco no quesito suplemento literário, muitas vezes, passava à margem desta discussão política referente à monarquia. Mas, como outros jornais, combatia o comunismo nas páginas de literatura de forma sucinta. Porém, o veículo de comunicação que ainda circula no estado não deixava de ser pautado por questões como a 2ª Guerra Mundial, no qual suplementos de caráter histórico entraram em circulação substituindo as publicações literárias na década de 40. É no Diário, talvez, que a imprensa recifense tenha como referência a produção e publicação dos suplementos em geral por conta do auge da página de literatura editada pelo veículo na década de 50, sob a coordenação do poeta Mauro Mota e colaboração de nomes como Ariano Suassuna, Rubem Braga e Gilberto Freyre.

Assim como o Diário, o Jornal do Commercio também circula atualmente pelo Recife e revelou, ao contrário do seu velho concorrente, uma ideologia “à parte” e nada



comum. O *JC* estava nutria uma simpatia aos nazistas. O que tinha em comum com algumas publicações, por certo, seria o combate ao comunismo. Mas, apenas isto. Já que imagens do presidente alemão e líder do fascismo europeu Adolf Hitler ganhavam destaque em coberturas de guerra em matérias factuais do cotidiano. Porém, o combate ao socialismo, no *JC* ganhou impulso na década de 30 em suas páginas de literatura.

Por fim, ainda apresentamos neste artigo o discurso político adotado no suplemento literário da Folha do Povo. O jornal que teve a primeira fase em 1935 começou a ser produzido no Recife novamente em meados dos anos 40. A publicação era ousada e buscava trazer conteúdos de interesse dos trabalhadores operários e classes excluídas até então. A experiência obtida pela Folha do Povo em seus suplementos literários se deve, em larga medida, por produções antigas destinadas aos líderes políticos do Brasil comunista. Na Folha, assinaram artigos escritores do calibre de Jorge Amado, que afirmava que o Partido Comunista seria um forte aliado dos intelectuais na hora de produzir boas idéias de interesse público.

Os suplementos literários e os debates políticos: um ponto em comum

Os primeiros passos da produção dos suplementos literários na imprensa recifense começam com aquele que se auto-define hoje como o “jornal mais antigo em circulação na América Latina”. O Diário de Pernambuco, que começou a ser produzido e publicado no Recife ainda em meados de 1825, inicia uma tradição literária na imprensa local desde o início do século 19. Neste período, Diário trouxe ao público leitor pernambucano, no dia 1º de fevereiro de 1831, o “Espelho das Brasileiras” que atingiu 30 edições com um conteúdo literário voltado exclusivamente ao público feminino.

Mas, o amadurecimento um de projeto de um suplemento só foi mesmo consolidado com o *Albúm de Domingo*, que era um boxe publicado no rodapé do Diário, aos domingos, desde o início de janeiro de 1900. Por sua vez, este suplemento dava destaque a poesias, artigos de cunho literário e científico. Outras publicações literárias também eram destaque no Diário, a exemplo do suplemento O Guri, iniciado em 10 de setembro de 1935 destinado ao público infantil.

E com o avançar do século 30, principalmente após a compra do jornal pelo Grupo Diários Associados, do jornalista e empresário Assis Chateaubriand, em 1931, o Diário de Pernambuco começa a investir de forma sistemática em cadernos especiais.



Alguns, porém, nem sempre produzidos no Recife, como foi o caso do suplemento feminino iniciado em dezembro de 1939 e distribuído por toda a cadeia dos jornais dos Diários Associados espalhados pelo Brasil.

Porém, é interessante assinalar que, dos suplementos literários analisados, e que tiveram uma forte tradição na capital recifense, o do Diário esteve à margem de muitas ideologias políticas até então em franco destaque nos jornais concorrentes na primeira metade do século 20. O primeiro fator desta afirmativa talvez se refira à questão dos períodos em que as páginas de literatura foram produzidas pelo Diário. Além do *Albúm de Domingo*, o jornal só voltar a ter um suplemento com mais de um ano em circulação em meados de março de 1941, que posteriormente sede espaço ao suplemento de Guerra, em abril de 1943, com coberturas sobre o conflito mundial na Europa de meados do século 20.

Neste suplemento de guerra, colaboravam, principalmente, historiadores e intelectuais que tinham no jornalismo uma segunda ocupação. Em um dos artigos publicados pelo suplemento podemos observar, em parte, a opinião do Diário a respeito do socialismo. Intitulado *Interpretação bélica da história*, e assinado por Candido Motta Filho, a publicação associa a história da humanidade aos atos de batalha, passando por períodos bárbaros na Idade Antiga até o mundo contemporâneo de então. Neste intervalo, o marxismo, que além de ser uma corrente teórica da história era considerada uma ideologia política é combatida pelo autor.

Defende Motta,

Marx poderia, com dados que possuía, interpretar a evolução histórica, através de processos de produção. [...] Mas, em nossos dias, o marxismo, na teoria e na prática, tem encontrado dificuldades insuperáveis. [...] Tudo o que nós conhecemos, desde o pensamento religioso até o pensamento científico foi conquistado, como o alimento, de armas em punho. (FILHO, 1948. p. 1).

Neste período, colaboravam no suplemento literário do Diário nomes como Manuel Bandeira, Costa Rêgo, Luiz da Câmara Cascudo, Mário Quintana e Gilberto Freyre. Mas, o famoso Suplemento Literário do Diário de Pernambuco vai se consolidar, apenas, como um dos mais fortes no país na década de 50, sob a edição do poeta Mauro Mota.

Com a missão de defender os ideais das “classes conservadoras” desde o editorial de lançamento, em 3 de abril de 1919, o Jornal do Commercio sempre deixou claro ao seu público leitor que tinha como objetivo defender o capitalismo e o livre mercado. A publicação, que ainda hoje se encontra nas bancas do Recife, foi fundada

pelo empresário e político pernambucano Francisco Pessoa de Queiroz, e teve ao longo da primeira metade do século 20 uma forte ligação com os ideias nazistas em franca expansão na Alemanha de Adolf Hitler.

O combate ao comunismo, que também era uma das ideologias contestadas pelo nazismo, encontrava terreno fértil no *JC*, como é mais conhecido atualmente. A tradição literária do jornal, como outros jornais da imprensa recifense, começou com publicações de alguns romances que poderiam ser recortados e, logo após isso, encadernados pelos leitores. Esta primeira experiência aconteceu ainda no ano de fundação do jornal, em 3 de abril, com a publicação do romance *Mãe e Rival*, Emile Richebourg.

Mas, é em 1º de junho de 1924 que o Jornal do Commercio lança a página dominical de Literatura, Ciências e Artes, sob a direção do jornalista Joaquim Inojosa. Esta publicação, mesmo com as crises e os problemas na produção e circulação – em muitos casos, pela crise do papel no período entre guerras –, se destacou por ser a primeira experiência do veículo, com a duração de mais de um ano, em um suplemento literário. O historiador Luiz do Nascimento relata, ainda, que a criação deste suplemento dominical de literatura foi uma estratégia comercial da publicação, que neste momento começava a competir com o recém criado suplemento literário do Diário do Estado (atualmente, ainda circula com o nome de O Pernambuco). Colaboravam nesta época no

suplemento do *JC* nomes como Lucilo Varejão, Mário Sete e Manuel Bandeira.



Em páginas da editoria de mundo, do *JC*, era fácil encontrar Hitler apresentado como um “vencedor” da Guerra. Na imagem, logo abaixo, os reis da Inglaterra aparecem próximos aos escombros em Londres. 22 de dezembro de 1940, Jornal do Commercio.



Já em abril de 1937, o *Jornal do Commercio* contava com este suplemento totalmente reformulado editorialmente. Com o nome de “Segunda Secção” (nome adotado também por outros suplementos literários e de variedades do Recife), o jornal começa a trazer dentro das páginas de literatura comentários a respeito da posição política de alguns escritores. Claro que, para o veículo, o combate ao comunismo em crescente ascensão nos países socialistas europeus era um tema rico e sempre em destaque nas suas páginas.

Um dos artigos analisados neste artigo, assinado por Murillo Mendes, sob a recomendação de “exclusividade” na publicação, retrata bem este viés ideológico dentro do suplemento. Em *André Gide, comunista?*, o crítico literário abre o artigo afirmando que se André estava ao lado do comunismo era porque este tinha alguma verdade (pelo menos nos primeiros contatos). Porém, ao se debruçar mais sobre a questão, o intelectual não só criticava os marxistas, como também fazia algumas restrições para aqueles que pretendiam mudar de lado ou defender outro sistema – que não fosse o capitalismo adotado no Brasil.

Destaca Mendes,

André Gide deveria arrastar muita gente com elle. Entretanto, tal entusiasmo cedo se esfriou; o autor de *Paludes* não só fazia as maiores restrições a doutrina marxista, como mesmo chegava a afirmar que não tinha lido Marx. (MENDES, 1937, p. 20).

Posteriormente, o *Jornal do Commercio* começou a diminuir o espaço do suplemento de literatura e variedades para publicar os suplementos de guerra. O curioso é notar como o nazismo ganhava um forte destaque na publicação. Se os poetas cediam espaço para a cobertura da guerra que assolava a humanidade, o presidente da Alemanha, Adolf Hitler estrelava as páginas destes suplementos em fotos de destaque, entre os anos 40 a 45. O retorno às origens literárias do veículo se restabelece anos depois com o *Boletim Literário*, de Silvino Lopes, e o suplemento dominical de Aderbal Jurema.

Por outro lado, se o *Jornal do Commercio* combatia o comunismo, outros jornais do Recife defendiam os ideais socialistas em seus suplementos literários. Este foi o caso do suplemento da *Folha do Povo*, que entrou em circulação na sua primeira fase em 10 de junho de 1935. Neste primeiro momento, o jornal teve uma vida curta, com menos de um ano de duração, voltando 10 anos depois, em 1945.

A Folha do Povo, além do destaque e coragem de defender outro ponto de vista para a época no Brasil – o socialismo –, também tinha um viés editorial peculiar. A publicação pretendia ser popular. Ou seja, direcionar seus artigos, matérias, contos e publicações especiais às classes menos favorecidas, a exemplo do operário, homem do campo e da mulher. A incorporação inicial da “cultura literária” na Folha se dá em dois momentos. O primeiro é na publicação da crônica “Voltarei amanhã”, de Patrício Aguiar, em maio de 1947, e a criação da coluna “Postais da União Soviética”, do escritor baiano Jorge Amado, a partir de 24 de janeiro de 1949.



Em 19 de maio 1946, a Folha do Povo publica, na íntegra, o discurso de Luiz Carlos Prestes na Assembléia Constituinte, no seu suplemento de variedades (e literário).

E a partir destas experiências isoladas que a publicação começa a investir nos cadernos especiais, principalmente, nos suplementos de cunho político escondidos pela argumentação e discursos literários. Um destes exemplos é o caderno especial de 1º de janeiro dedicado ao 52º aniversário do líder comunista Luiz Carlos Prestes. Entre os escritores de renome nacional que participaram desta publicação, está o alagoano Graciliano Ramos com artigos de opinião assinados. Colaboraram ainda na Folha do Povo nomes como Gilberto Freyre, Josué de Castro e Aderbal Jurema.

Foi nesta época, também, que o escritor Jorge Amado, eleito deputado federal pelo estado da Bahia, começou a convocar os demais intelectuais ao comunismo.

Segundo Jorge Amado, que era membro do Partido Comunista (PC),

O conhecimento do marxismo e a compreensão da linha do Partido, por outro lado, dão ao criador de cultura uma formidável independência de movimentos na análise dos fatos e na sua interpretação artística [...] Nenhum escritor ou



artista pode se limitar ao ter vida partidária. Essa lhe dará sempre maior amplitude, estenderá, os limites, mesmo na humanidade as suas fronteiras criadoras. (AMADO, 1946, p.2)

Após as experiências isoladas nos suplementos de cunho político e literário, ainda em 1950, a Folha do Povo começa a investir no seu suplemento dominical de publicação regular. Nesta época, a partir de 4 de novembro, colaboravam para a Segunda Secção Paulo Cavalcanti, Cláudio Tavares, Alduico Toríbio e Ari de Andrade. A última edição da Folha do Povo circulou em 30 de dezembro de 1954.

Fundado em 13 de julho de 1933, o jornal O Estado, que era impresso nas oficinas da extinta *A Província*, tinha uma visão política peculiar comparada aos outros suplementos literários da imprensa recifense da primeira metade do século 20. A publicação fundada por Fileno de Miranda defendia o catolicismo e a monarquia (de forma conjunta). Em sua rede de colaboradores, contavam nomes como o jornalista pernambucano Aníbal Fernandes, o poeta Esdras Farias e o intelectual Plínio Correia de Oliveira, fundador da contraditória organização Tradição, Família e Propriedade Privada (TFP).

Na história de O Estado, podemos verificar diversas polêmicas, inclusive com outras publicações contemporâneas, a exemplo do Diário da Manhã. O jornal denunciou em suas páginas o concorrente por utilizar na sua impressão, em 15 de abril de 1934, o papel linha d'água, até então proibido pelo governo e autoridades devido a crise do papel. Por outro lado, além deste fato, O Estado também fazia uma forte oposição ao governo intervencionista de Pernambuco.

Estas e outras polêmicas da publicação lhe renderam algumas suspensões, como a ocorrida no dia 7 de novembro de 1933. Neste dia, a edição foi recolhida das bancas por publicar, segundo o governo estadual, um “conteúdo proibido”. Este fato foi registrado pelo historiador Luiz do Nascimento, que ainda revela um segredo do jornal: o aumento das páginas do suplemento literário em tempos de crise. Em outras palavras, isso quer dizer que por não poder publicar notícias factuais da cidade, o jornal optou por aumentar a participação do suplemento na edição.

Destaca Nascimento,

Sob o guante da censura, o matunino teve apreendida a edição de 7 de novembro, por haver inserido em ‘suas páginas uma nota cuja publicação havia sido proibida’. A edição de 24 de dezembro, contendo 22 páginas, em três cadernos, repleta de literatura, publicidade e clichê, foi dedicada à Paraíba. (NASCIMENTO, 1967, p. 335).

Mas, O Estado parecia não se preocupar com qualquer tipo de censura. Principalmente, quando a sua ideologia política estava reservada às páginas literárias. Em 23 de julho de 1933, o jornal traz no seu suplemento Literatura, que no dia estava recheado com 6 página, o artigo *A imprensa monarquista*, assinado pelo Boletim de Ariel – acreditamos ser alguma publicação que funcionava como uma agência de notícias. Neste artigo, que ganha a capa do suplemento, podemos notar as defesas do sistema monárquico e as contribuições da nobreza enquanto classe social.

Um dos pontos interessantes nesta publicação da chamada “imprensa monarquista” é defesa do papel da burguesia, que até então seria uma inimiga fiel da nobreza. Porém, para O Estado, a “corte também foi o mais burguês salão que possuímos” no Brasil. Destaca o jornal,

A imprensa monarquista no Brasil consta de uns dez jornais, espalhados por oito Estados e sendo órgãos dos Centro de Cultura Monárquica. Nenhum titular do Império prestou atenção a essa atividade que tão de perto lhes recordaria a passada existência em S. Cristovão (A IMPRENSA monarquista, 1933, p. 1).

Em 3 de agosto de 1933, O Estado demonstra outro artigo na página de literatura suas preferências políticas. Desta vez, Candido da Mota Filho, que assina o artigo *Pensamentos, palavras e obras*, tenta demonstrar que simples palavras numa determinada carta ou publicação podem revelar traços da personalidade de qualquer pessoa. Isso, claro, se devidamente estudados numa aula de psicologia. Para Candido, um “simples recado revela uma personalidade. Como um dedo revela o gigante”.

A defesa do autor, que vai remeter cerca de 3 parágrafos iniciais no texto, é utilizada para convencer ao leitor sobre seus estudos relacionados a correspondência do imperador do Brasil d. Pedro II (1849-1889) com o chefe do gabinete de ministros, o Barão de Cotegipe (na época do Império do Brasil, o cargo equivalia a primeiro-ministro). Segundo Mota Filho, d. Pedro II nas correspondências aparecia como um “ser isento” de qualquer julgamento, uma pessoa de espírito elevado que conseguia separar seus interesses pessoais das demandas da nação.

Neste trecho da publicação do O Estado, podemos observar a idealização do Brasil monárquico. Primeiro, como um país de poucas tradições tendo um monarca “farol da civilização”. E, segundo, pela credibilidade que a monarquia tinha diante do passado colonial, arraigado pelo sistema patriarcal. Frisa o autor,

Quem aparece aqui é o monarca digno de um país de poucas tradições, ainda com os sinais das travessuras coloniais. D. Pedro II, monarca de fato, interessando-se por tudo e por todos,



exigente e vigilante, probo e patriota, simples e austero e com uma admirável consciencia de sua posição [...] Não se trata de um monarca em grande estilo. [...] É um trabalhador incansável, um dedicado extremado no amor à sua terra.(FILHO, 1933, p. 1)

O suplemento Literatura, do Estado, foi produzido desde o primeiro número do jornal, através de um segundo caderno, contendo também uma seção infantil, temas econômicos e curiosidades em geral. O suplemento encerrou suas atividades com o fim da publicação, em 17 de março de 1935.

Considerações finais

O jornalismo cultural brasileiro teve nos suplementos literários do começo do século XX uma grande escola. As grandes páginas de literatura ou de variedades fizeram parte de uma experiência isolada da imprensa brasileira, que ficou distinta em um local e tempo determinado. Porém, neste artigo, demonstramos que por trás destas publicações havia interesses políticos e ideológicos dos jornais que produziam estes cadernos especiais.

Por um lado, havia a preocupação de jornais de pequeno porte como a Folha do Povo em manter uma Segunda Seção de variedades e literatura para despistar a censura. Neste caso, é bom notar que, após a criação deste segundo caderno, a Folha registra menos suspensões em bancas e recolhimento de edições. Neste caso, o conto político assinado por intelectuais de peso como Jorge Amado e Graciliano Ramos garantiram mais alguns anos à publicação.

Já no caso do Estado, a defesa da monarquia também resultou em apreensões e censura da publicação. Neste caso, a opção do jornal foi também investir no suplemento literário e de variedade para colocar artigos “isentos” de opinião política, mas com mensagens de cunho histórico, a exemplo das constantes defesas do imperador d. Pedro II e de seus herdeiros. A estratégia de O Estado, talvez, tenha sido mais ponderada do que a Folha da Manhã, que mesmo no suplemento publicava discursos completos do comunista Luiz Carlos Prestes.

O Jornal do Commercio e o Diário de Pernambuco também utilizavam os seus suplementos como espaço político. Porém, diferentes das outras publicações, o espaço era mais restrito e não ganhavam cores e descrições tão fortes. Nestas duas publicações o debate era quase sempre teórico na desconstrução do marxismo enquanto doutrina



intelectual. Porém, o que chamou a atenção, no caso do *JC*, foi o alinhamento da publicação aos interesses do fascismo alemão.

Este artigo também teve como objetivo e concluiu, em parte, que estas publicações, mesmo tendo um interesse literário, poderiam conter um viés ideológico e político. Estas experiências dos suplementos literários da imprensa recifense da primeira metade do século 20 também demonstram que este espaço nos jornais impressos também foi um terreno fecundo para o que denominamos, atualmente, de jornalismo opinativo.

Referências

- A IMPRENSA monarquista.** O Estado. Recife, 23 de julho de 1933.
- AMADO, Jorge. **Escritores, os artistas e o partido.** Folha da Manhã, Segunda Secção. Recife, 19 de maio de 1946.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- CASTRO, Josué. **Civilização e Clima.** Jornal do Commercio. Segunda Secção. Recife, 3 de abril de 1937.
- CHARAUDEU, Patrick. *Discursos das mídias.* São Paulo: Contexto, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso.* São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- FILHO, Candido Motta. **Interpretação bélica da história.** Diário de Pernambuco, Suplemento de Guerra. Recife, 11 de janeiro de 1948.
- _____, **Pensamentos, palavras e obras.** O Estado. Recife, 13 de agosto de 1933.
- MENDES, Murillo. **André Gige, comunista?** Jornal do Commercio, Segunda Secção. Recife, 3 de abril de 1937.
- NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco* (v. III). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1967.
- _____, *História da imprensa de Pernambuco* (v. I). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1968.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos.* São Paulo: Contexto, 2005.